MOVIMENTOS FEMINISTAS NA ATUALIDADE BRASILEIRA – RESISTÊNCIAS EM TEMPO DE GOLPE

Ítala Carneiro Bezerra

Universidade Federal da Bahia-UFBA

titacarneiro@yahoo.com.br

**Introdução**

“Isso nos permite entender e compreender que a libertação das mulheres não pode ser uma obra única de nós mesmas, mas deve dar-se na militância comum de homem e mulher, onde nós temos um papel importante como ponta de lança, tomando consciência de nossa condição, localizando-a e lutando para transformá-la” (Lea Guido, 1982, militante sandinista e ministra do Bem Estar Social no novo Governo de Reconstrução Nacional).

O nosso objetivo nesse texto é contribuir na reflexão da construção de um feminismo a partir de conteúdo, bandeiras, base e direção populares, na tentativa de nos aproximarmos da questão: em momentos de defensiva estratégica, que atuação tática do feminismo popular se faz central em frentes amplas mistas e movimentos auto-organizados de mulheres?

Algumas questões que nos motivaram consistem na tensão existente entre o que se considera por movimentos de mulheres e movimentos feministas, tendo como solo a experiência da realidade brasileira; que mediações se fazem necessárias à construção das mulheres trabalhadoras enquanto parte do sujeito revolucionário na ação coletiva? Como massificar o movimento de mulheres e feministas, em cada momento histórico, considerando as dimensões de pauta reivindicatória; formato; presença; organicidade?

No intuito de nos aproximarmos destas questões, ressoamos a indagação feita por Saffioti (1987, p. 124) acerca do“tipo de sociedade capaz de gerar feminismos enquanto movimentos sociais.” E, na tentativa de extrair consequências acerca da atual conjuntura brasileira dos movimentos de mulheres e feministas a partir deste diálogo, desdobramos a pergunta: o atual momento da conjuntura política brasileira se mostra propício à retomada de movimentos populares e massivos de mulheres?

Faremos um resgate à década de 1970, a partir principalmente dos escritos de Saffioti (1987), Sousa-Lobo (2011) e Viezzer (1989), circunscrito à atuação dos movimentos de mulheres e feministas, tendo como expoentes as importantes campanhas de luta, sejam elas o Movimento Feminino pela Anistia, o Movimento do Custo de Vida e o Movimento de Lutas por creches. Destacaremos a atuação das mulheres neste último, tomando como exemplo a experiência na cidade de São Paulo e a relação desta campanha com os Congressos da Mulher Paulista realizados entre 1979 e 1981.

**Mulheres nas lutas por causas comuns**

As lutas protagonizadas por camadas populares nos anos de 1970 no Brasil se referiam prioritariamente a reivindicações da “defesa dos direitos mínimos de cidadania” (JACOBI, 1987, p. 24) e direitos que se situavam no contexto urbano de demandas em torno de “carências de meios de consumo coletivo” (*ibidem,* p. 20) assim como a “deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas” (*ibidem,* p. 21). Tiveram como principal objetivo uma forma mais democrática de “distribuição dos investimentos estatais urbanos” (BLAY, 1988, p. 190) e estiveram ocupados em reivindicações relacionadas à saúde, luz, água, esgoto, escola, creche, transporte, habitação, terra (CARDOSO, 2008; VIEZZER, 1989). Estes movimentos populares decorreram da confluência de igrejas, partidos e movimentos de bairros e não se voltaram exatamente a pautas consideradas radicais ou revolucionárias da realidade social quando comparados aos “novos movimentos sociais” que despontavam nos países considerados centrais ao capitalismo (JACOBI, 1987).

Militantes dos movimentos enraizados entre o final da década de 1960 e o início de 1980, sejam eles o Movimento Feminino pela Anistia, o Movimento pelo Custo de Vida e a Luta por Creches foram pioneiras e protagonistas deste momento.

“São as mulheres que constituem a maioria dos que comparecem às reuniões e assembleias de favelados na luta por terra e moradia. Os movimentos de educação e saúde, a luta por creche, o movimento do custo de vida, são encampados pelas mulheres do setor popular urbano. [...] articulam-se inicialmente em torno de mobilizações que dizem respeito a necessidades vitais da sobrevivência e da criação dos filhos, antes de se articularem no plano ideológico” (VIEZZER, 1989, p. 68).

Apesar de as mulheres terem protagonizado os principais movimentos populares daquele contexto, a sua presença foi registrada apenas nas lutas que tinham como pauta principal a situação direta de vida das mulheres (SOUZA-LOBO, 2011), a exemplo do Clube de Mães. A prática das feministas brasileiras era distinta do feminismo europeu e norte-americano, pois estava interessado em promover um projeto ampliado de reforma social, que relacionava os direitos das mulheres a partir de organizações de setores populares (COSTA & SARDENBERG, 2008). Além disso, diante a conjugação da miséria social e repressão militar, assegurar a sobrevivência tomou a centralidade de boa parte das preocupações da classe trabalhadora de países considerados periféricos ao capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Sobre o rebatimento da contundente expressão dos movimentos feministas nos países centrais no contexto brasileiro, Saffioti (1976) se posiciona:

A impressão que tenho é que o Movimento Feminista é também uma importação, porque, se fosse alguma coisa que estivesse brotando a partir das condições brasileiras mesmo, haveria na mulher modesta um outro tipo de reação. Elas não reagem, a pobreza anula toda e qualquer reivindicação de liberdade; para que a liberdade, se você não tem o que comer? O alimento passa a encher totalmente o horizonte da criatura, ela não pensa noutra coisa, não se coloca o problema da libertação (SAFFIOTI, *apud* SINGER, 1981) [[1]](#footnote-1).

A conjunção entre as reivindicações econômicas, sociais e políticas pode ser exemplificada na luta contra a ditadura, que era à época “mínimo denominador comum” (COSTA, 1970, p. 64) aglutinador de setores populares e médios combativos ao imperialismo e suas alianças com setores da burguesia brasileira. No período pós-luta armada o movimento de mulheres saiu na linha de frente, ou seja, “foi o primeiro que se organizou e pôs a cabeça para fora” na luta por “liberdades democráticas” [[2]](#footnote-2) (*ibidem*, p. 68).

A visível presença das mulheres nos movimentos populares se deu a partir do lugar de mãe/esposa estabelecido pela tradicional divisão sexual do trabalho[[3]](#footnote-3) (VIEZZER, 1989). Depreende-se daí o tensionamento entre a possibilidade de subversão dos papéis sociais pré-estabelecidos entre os sexos a partir da presença das mulheres nos movimentos sociais e políticos[[4]](#footnote-4), que em si desestabilizam a dicotomia público/privado e questionam a conservação da hierárquica e opressora divisão sexual do trabalho (SOUZA-LOBO, 2011). Ainda porque naquele contexto “Falar de creche, salário e custo de vida era considerado *subversão”* (TELES & LEITE, 2013, p. 41, destaque das autoras).

A construção desse novo feminismo, já em andamento, leva em conta algumas questões que estão na base das propostas dos vários grupos de mulheres que, mesmo sem estar ainda articuladas, já fazem a composição do movimento feminista com base, conteúdo e direção populares, nos vários níveis e formas de atuação. Uma das tarefas prioritárias das mulheres que dão corpo a tais grupos e movimentos é o estabelecimento de um projeto político capaz de permitir a emergência do feminismo como um movimento social de impacto, ao lado de outros movimentos sociais aglutinadores da classe popular (VIEZZER, 1989, p. 125).

**Movimento de Luta por Creches (1979-1981)**

Dentre as campanhas citadas no início do texto, tais como o movimento feminino pela anistia, contra a carestia e a luta por creches, este último foi o que teve maior desdobramento político e significou a expressão de pauta aglutinadora das mulheres populares no final dos anos de 1970 (TELES, 2003). Por duas principais razões: organizava as mulheres a partir de sua real consciência política naquele momento, ou seja, a partir de seu cotidiano nas relações familiares; assim como foi uma pauta capaz de mobilizar as mulheres nessa constante tensão entre a condição de emprego-e-desemprego de modo a ter sido mote organizativo das “donas-de-casa” [[5]](#footnote-5), a partir de movimentos de bairros e também de mulheres que encontravam-se sindicalizadas ou ao menos empregadas no mercado de trabalho[[6]](#footnote-6).

A luta por creches concretizou naquele momento um movimento massivo de mulheres que teve ganhos concretos a partir de sua movimentação tática. Arriscaríamos dizer que “as mulheres dos setores populares urbanos” encontravam-se “abrindo os caminhos” que poderiam “levar a um feminismo de conteúdo, base e direção populares” (VIEZZER, 1989, p. 11), em que havia uma fecunda aproximação entre os movimentos de mulheres e feministas por meio de uma atuação conjunta.

As expressivas movimentações reais de mulheres no período indicado se deu a partir do seu lugar tradicional na família, a partir da reivindicação por creches, aumento de salários e o fim da carestia do custo de vida. Assim, as movimentações reais das organizações de mulheres populares expressavam os anseios das mulheres em sua realidade concreta de principal responsável pela reprodução da vida social, mediante o trabalho doméstico e de cuidados e, muitas vezes a partir da sua identificação com o lugar de “dona-de-casa”, de modo a ser comum o limite geográfico e também ideológico do próprio bairro e as questões relacionadas à própria casa.

O movimento de Luta por Creches surgiu como bandeira unitária no que se referia às reivindicações do I Congresso da Mulher Paulista. Ocorreu no ano de 1979, organizado por mulheres de uma variedade de organizações, tais como Associação das Donas-de-Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura de Guarulhos, Clube de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da SABESP/CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), Serviço de Orientação Familiar, equipes dos jornais Nós Mulheres e Brasil Mulher. O Congresso iniciou com a participação de 900 mulheres e encerrou-se no dia 08 de março atingindo mais de 2.000 mulheres.

O Movimento de Luta por Creches teve como vitórias concretas a criação da primeira rede municipal de creches no Brasil, em que na cidade de São Paulo o número de creches aumentou de 04 para 134; a introdução de um dispositivo na Constituição paulista que garantia o direito a creches para os filhos (até 07 anos) de funcionárias públicas; a capacidade permanente de mobilização e o enfrentamento à ordem da exploração capitalista em que no dia 1º de maio as mulheres lançaram um manifesto que denunciava as condições do trabalho feminino e reivindicavam a criação de creches nos locais de trabalho e nos bairros (TELES, 2003).

Em 1980, o II Congresso da Mulher Paulista reuniu 4 mil mulheres e foi marcado pelo tensionamento entre as “feministas” e as “políticas”[[7]](#footnote-7), assim como pela disputa entre partidos pela direção do movimento.

[...] ocorreram tumultos durante o congresso, que impediram a conclusão de deliberações importantes para traçar os rumos de uma atuação unitária. A disputa da hegemonia do movimento pelas diversas forças políticas presentes, os partidos políticos legais (PMDB e PT) e os clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8) gerou os conflitos (TELES, 2003, p. 121).

A partir dos enfrentamentos vivenciados no II Congresso, ainda no ano de 1980 as “feministas” organizaram o Encontro de Valinhos, com apenas 150 mulheres e a discussão redirecionada em torno de duas pautas: combate à violência doméstica e a autonomia da mulher em decidir o número de filhos. Deste ano em diante surgiram diversas entidades de mulheres, grupos de reflexão, SOS[[8]](#footnote-8) de combate à violência. Ao que parece estas pautas surgiam mais influenciadas pelo incentivo da ONU acerca da década da mulher (1975-1985) e da crescente “profissionalização” das feministas na atuação institucional do que pelas prioridades colocadas pelas mulheres populares naquele momento histórico. Podemos dizer que houve uma estratificação da unidade que vinha sendo construída. O III Congresso ocorreu no ano de 1981, desmembrado em dois Congressos diferentes na mesma data, sem impacto ou expressividade. Daí em diante, houve a fragmentação dos movimentos de mulheres e feministas.

Consideramos importante extrair consequências deste intenso momento do movimento de mulheres no contexto brasileiro. Entendemos que esta rápida dissolução da unidade se deu devido a dois principais motivos: 1) a falta de manejo tático dos partidos políticos de esquerda em sua relação com os movimentos auto-organizados de mulheres, de modo que a sua atuação foi contrária à construção de um feminismo protagonizado pelas trabalhadoras, assim como foi desconsiderada a mediação possível entre a consciência política destas mulheres populares, no que se referia aos diferenciados formatos destas organizações políticas; 2) A influência do sectarismo das “feministas” em não aceitar a existência de relação entre partidos políticos e movimentos de mulheres. A cisão ocorrida a partir deste erro tático expressa que a pauta política que à época se mostrava capaz de aglutinar diferentes camadas de mulheres populares -no caso a luta por creches- foi escamoteada pelos partidos políticos de esquerda por não ser considerada associada à luta de classes assim como pelas “feministas” por ter sido considerada pouco libertária.

De uma pauta real e condizente à realidade concreta das mulheres passou-se a atuação de tipo “panfletária de ideias revolucionárias”, retirando a responsabilidade da “vanguarda” em fazer mediações acerca do conflito entre a sua vontade e a possibilidade concreta de vitórias políticas e colocando-as para a base social do movimento de mulheres. Este desdobramento de grupos “feministas” inspirados no feminismo radical[[9]](#footnote-9) não obteve conquistas reais, por não terem pautas concretas, nem expressão social capaz de gerar correlação de forças suficiente para tal.

Difundiu-se uma percepção de que os movimentos de mulheres estariam relacionados às reivindicações populares ao passo que os movimentos feministas se aproximariam dos “movimentos de classe média” em que as pautas destes estariam em torno de questões socioculturais, tais como sexualidade, aborto e violência, enquanto os primeiros estariam relacionados às reivindicações socioeconômicas (SOUZA-LOBO, 2011). Esta falsa dicotomia foi difundida a partir das classes dominantes no período da ditadura militar com o intuito de enfraquecer o que em momento anterior se apresentou pulsante: a relação entre movimento social de mulheres e feministas. Contudo, a sua expansão ultrapassou o limite das organizações conservadoras e contaminou os partidos, sindicatos e movimentos revolucionários que passaram a ser refratários à construção do feminismo por acreditar que a única possibilidade deste movimento estaria resumida à atuação do feminismo liberal.

Saffioti (1987, p. 120) discutiu a influência de quatro perspectivas do feminismo no contexto brasileiro: 1) liberal-burguesa 2) marxista-dogmática 3) radical 4) socialista. Para a autora, apenas duas destas tendências tiveram espraiamento na realidade brasileira, a liberal-burguesa e a socialista-feminista; enquanto as outras não tiveram movimentações de impacto por parte das mulheres brasileiras. A incorporação da tendência liberal mediante a importação de feminismos estadunidenses e europeus, alcançando entre as suas representantes mulheres letradas e de classes médias brasileiras, não significou que tivemos no Brasil um feminismo hegemônico, como ocorreu nos EUA e Europa. Contudo, expressou o vácuo político entre as reivindicações produzidas pelos setores ligados às camadas altas e a capacidade mobilizatória das mulheres populares.

O feminismo radical serviu como elemento a dificultar mudanças profundas, conservou o essencialismo feminino, não possibilitou conquistas políticas, nem grande posição, nem chance de vitórias (*ibidem,* p. 113); enquanto o feminismo de inspiração marxista dogmática, devido à apreensão apenas do fenômeno da luta de classes acabou por negar a concepção materialista, tornando-se reducionista.

“[...] não obstante as potencialidades altamente significativas do método de análise em que se pretende fundada esta corrente de pensamento, ela apresenta um entrave na conquista de posições estratégicas, conducentes à realização da igualdade social em sua plenitude, posto que, ao permanecer congelada numa leitura novecentista dos clássicos marxistas, nega a dialética materialista, tachando de diversionista o pensamento que avança na captação da globalidade das relações humanas, sem desprezar seus meandros e, portanto, sua tecitura e sua complexidade” (SAFFIOTI, 1987*,* p. 111);

A elaboração teórica e política feminista entre as décadas de 1960 e 1980 teve como principal interlocutor a teoria social marxista (SORJ, 1992), seja nos países considerados centrais ou periféricos, de modo que o feminismo socialista possibilitou no que “tange aos feminismos enquanto produção intelectual”, situar o Brasil “dentre os países pioneiros” (SAFFIOTI, 1987, p. 124). No entanto, a irrupção do feminismo no momento de crise da sociedade moderna e a crítica aos pressupostos da racionalidade científica serviram como um dos pontos de encontro entre o feminismo e as perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas (CIRIZA, 2006), ocorrendo uma “espécie de afinidade eletiva entre feminismo e pós-modernidade” (*ibidem*, p. 57). A psicanálise e outras correntes pós-estruturalistas e pós-modernas alcançaram destaque (SORJ, 1992) e ganhou corpo um amplo processo de combate às ideias identificadas ao comunismo e/ou marxismo. Por óbvio, o rechaço a essa perspectiva política e teórica respingou no feminismo de estratégia socialista, tendo em vista que este contribui a revelar o fato de que a opressão dos homens sobre as mulheres é um dos elementos fundamentais à dominação das classes dominantes (SOUZA-LOBO*,* 2011).

Tem se alastrado o recorrente discurso das interseccionalidades, a partir do entendimento de um horizontalismo que objetiva pôr fim a análise de que existem dimensões estruturais/estruturantes nesta sociedade. Afirmações tais como “identidades políticas pessoais” das mulheres populares, enquanto “trabalhadoras, negras, lésbicas” (SILVA, 2016, p. 188) nos causa a impressão de uma análise que desassocia a condição de mulheres trabalhadoras à sua condição de negras e/ou lésbicas[[10]](#footnote-10). Este estímulo à reivindicação de uma identidade apartada da sua condição de pertença à classe trabalhadora, apesar de não ter base material aonde se sustentar tampouco aglutinar na luta política pelo fim do patriarcado-racismo-capitalismo tem sido produzido dentro dos muros acadêmicos e alcançado com certa velocidade os movimentos sociais. Assim, consideramos que a condição de trabalhadora está suposta às outras intersecções ou identidades (sexualidade, geração, raça/etnia, território) de modo que a classe continua sendo a determinação central[[11]](#footnote-11) e as relações sociais de raça/etnia e sexo/sexualidade encontram-se imbricadas ou indissociáveis (KERGOAT, 2010).[[12]](#footnote-12)

Antes de passarmos as experiências contemporâneas, resgatamos a síntese de Souza-Lobo (2011, p. 226-7) acerca dos três momentos dos movimentos e práticas feministas no período indicado: 1) fusão com as lutas pela redemocratização, marcado pela heterogeneidade de movimentos que tinham o Estado como inimigo comum; 2) 1980-1982: reorganização partidária, redução das práticas autônomas, ênfase das mulheres em partidos; 3) após 1982: criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher e do Conselho Nacional, neste momento houve uma contundente polarização entre as que se propuseram ocupar os espaços governamentais e as que insistiram na atuação no movimento social. A segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 foram marcadas pela institucionalização dos movimentos feministas, mediante a profissionalização em organizações não-governamentais[[13]](#footnote-13) (PINTO, 2003).

**A retomada dos movimentos de mulheres populares - anos 2000**

A movimentação das mulheres da classe trabalhadora a partir dos anos 2000 evidenciou a possibilidade de resistência a partir de um “solo comum” (CIRIZA, 2006, p. 49). Neste momento marcado pelas limitações das agendas dos organismos globais e “[...] juntamente com a virada à esquerda latino-americana (também conhecida como ´Maré Rosa´) e seu pós-neoliberalismo (ou melhor, sua abordagem neodesenvolvimentista do desenvolvimento)” (ALVAREZ, 2014, p.72) houve a realocação do bloco dos movimentos sociais latino-americanos, tais como a Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres e Movimento de Mulheres Camponesas. Os movimentos feministas populares tiveram importante participação neste momento em que os movimentos sociais e centrais sindicais organizaram o Fórum Social Mundial, estancaram as negociações em torno de uma Aliança do Livre Comércio das Américas – ALCA e retomaram a perspectiva de um feminismo combativo.

A construção de um feminismo popular, que na última década tem representado para o movimento de mulheres a seguinte tríade: a problematização dos modelos de desenvolvimento, a renovada ênfase feminista na construção do movimento e o crescente esforço para a construção de aliança com outros movimentos sociais (ALVAREZ, 2014) mostrou-se como alternativa de resistência à fragmentação das lutas sociais[[14]](#footnote-14). Mais recentemente ocorreram atos organizados por movimentos sociais de mulheres ao longo do ano de 2015, a exemplo da Marcha das Margaridas[[15]](#footnote-15); Marcha das Mulheres Negras e a IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, assim como entre o final de agosto e dezembro do mesmo ano, milhares de jovens nas principais capitais brasileiras empunharam os gritos de “Fora Cunha” e “Não a PL 5069”[[16]](#footnote-16), fenômeno que ficou conhecido sob a insígnia de Primavera das Mulheres ou Primavera Feminista.

**Aspectos organizativos dos movimentos de mulheres e feministas**

Destacamos dois aspectos que permearão a discussão acerca dos movimentos de mulheres em ambos os períodos mencionados: 1) formato organizativo que possibilite a conformação de feminismos enquanto movimentos sociais; 2) feminismo enquanto movimentação real do conjunto de mulheres da classe trabalhadora.

As experiências massivas de mulheres populares na realidade brasileira se deram mediante a atuação das mulheres em torno de reivindicações relacionadas à reprodução da vida social, assim como a partir de reivindicação de pautas econômicas. As pautas reivindicatórias por direitos e cidadania dos movimentos sociais de bairro tiveram nas mulheres suas principais protagonistas, que à época lutaram por melhorias em suas condições concretas de vida e alcançaram vitórias[[17]](#footnote-17).

Ao tomarmos como exemplo a marcha que origina o movimento Marcha Mundial de Mulheres, em que 900 mulheres exigiram o fim da pobreza e o fim da violência contra as mulheres, percebemos que neste período de retomada do feminismo enquanto movimento social, a mobilização das mulheres se deu em torno de questões concretas oriundas do seu cotidiano, nesta tensão entre a esfera reprodutiva/produtiva a partir de um contexto neoliberal, em que as alternativas à saída da crise estavam vinculadas à capacidade das mulheres em reduzir os gastos nas atividades relacionados à vida doméstica e de cuidados[[18]](#footnote-18).

Diferentemente do período de 1967-1981 em que o feminismo no Brasil estava dando os primeiros passos no sentido de sua formulação, os movimentos dos anos 2000 partem de um acúmulo teórico-político em relação ao entrelaçamento de suas lutas junto ao movimento negro e de diversidade sexual. De modo que se apresenta como um desafio atual a construção de força social com objetivo de confronto à exploração-dominação capitalista, em que “luta de classes” e “lutas pelo fim das opressões” sejam feitas de forma associada. Atualmente, o desafio da construção do feminismo popular se coloca no sentido de construir um movimento político capaz de abarcar a condição plural das mulheres no contexto brasileiro e de se aproximar de um projeto de resistência à simbiose de que participam o modo de produção, o patriarcado e o racismo (SAFFIOTI, 1992, p, 194). Lembrando que “não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (*idem*, 2009, p. 19).

No atual cenário brasileiro, os principais movimentos organizados de mulheres são o MMC, MMM e AMB. Este último tem definido a sua atuação nos seguintes termos: “dificultou a sua capacidade de ação unitária nos moldes de outros movimentos nacionais mais centralizados politicamente” (SILVA, 2016, p. 207); tem “uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada, que gera grande capacidade de ação, mas reduzida capacidade de reflexão” (*ibidem,* p. 214); ou ainda “há, entre as militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, atualmente, uma certa decepção e desesperança com o projeto político majoritário no campo democrático popular” (*ibidem,* p. 231).

Ainda sobre estes três movimentos auto-organizados de maior relevância nacional, a AMB se caracteriza por ser “não partidária” (CISNE, 2014, p. 159); levou “4 anos para conseguir construir sua carta de princípios” (*ibidem,* p. 161); devido o princípio do horizontalismo. Enquanto “a MMM e o MMC apontaram mais diretamente nos depoimentos a necessidade e a importância da indissociabilidade entre a formação política e as lutas concretas como a melhor metodologia para a formação da consciência militante” (*ibidem*, p. 188). Em outras palavras, a MMM e o MMC priorizam as alianças com organizações políticas mistas (movimentos, sindicatos, partidos), enquanto a tática da AMB consiste em não “abrir mão” de históricas pautas feministas junto aos instrumentos da classe trabalhadora independente do contexto político e do patamar do nível de consciência da classe trabalhadora e mesmo das mulheres populares. Cisne (2014, p. 261) faz a analogia de que a atuação política da AMB estaria identificada ao feminismo materialista *radical* francófono enquanto o MMC e MMM estariam aproximadas ao feminismo materialista *luta de classes*.

“A AMB possui uma tática diferenciada da MMM e do MMC. Embora a AMB afirme ter como desafio a articulação com outros movimentos mistos e procure fortalecer ou mesmo estar presentes nas lutas dos mesmos, sua prioridade é a construção do movimento autônomo de mulheres, no qual suas bandeiras não podem estar submetidas a nenhum movimento social ou partido político, ainda que indiretamente (CISNE, p. 261).

Como exemplo, podemos analisar o 08 de março deste ano. A MMM, assim como outros movimentos de mulheres que compõem a Frente Brasil Popular, elegeram como pauta central a resistência ao projeto de lei que regulamenta a “reforma” da previdência, devido os impactos na vida das trabalhadoras e seus maiores danos às que trabalham como empregadas domésticas e no contexto rural. Na mesma ocasião a AMB, inspirada pelo movimento estadunidense #8M#MulheresParam se ocupou das seguintes pautas: legalização do aborto; combate à violência; fim do racismo; contra o fundamentalismo religioso, pelo fim da militarização, contra a reforma da previdência, dentre outras.

“O Movimento de Mulheres no Brasil tem uma grande dificuldade de definir prioridade, então assim, tudo é prioridade ao mesmo tempo e, com isso, não organiza grandes mobilizações. [...] Tanto quando você pensa no conjunto quanto dentro de cada movimento. [...] Não consegue definir um programa de ação, de campanha e tal. Então a gente faz um 8 de março enorme, o país inteiro se mobiliza e morre no 8 de março. [...] Não organiza a ação do ano [...] não tem desdobramento (Entrevista MMM *apud* CISNE, 2014, p. 242).

Este relato de uma militante da Marcha Mundial das Mulheres acerca da mobilização do dia 08 de março nos faz constatar que a dificuldade que os movimentos feministas no Brasil têm tido em definir um programa de ação permanente vem se arrastando ao longo dos anos. Assim, podemos afirmar que para além da conjuntura, as dificuldades organizativas revelam problemáticas estruturais na construção do movimento de mulheres e feministas.

O argumento de que o feminismo, “por princípio, é contrário à centralização e as estruturas verticalizadas nos movimentos sociais” (SILVA, 2016, p. 192), ancorado no pensamento materialista francófono radical, em nosso entendimento acaba por jogar água no moinho do conservadorismo que tem se expressado pela negação da disputa de projetos antagônicos de poder. O ressurgimento do feminismo de caráter combativo e antiglobalização oriundo do início dos anos 2000 foi protagonizado por mulheres de partidos políticos, centrais sindicais e movimentos sociais mistos. Aliás, fato semelhante ocorreu no intenso período de lutas por redemocratização do Brasil e de outros países da América Latina, assim como nas lutas do início do século XX em torno às reivindicações de melhores condições de trabalho das mulheres assalariadas nas fábricas em países da Europa. O feminismo-movimento com o objetivo de transformação do mundo, a partir da perspectiva do feminismo de origem socialista e que nas últimas décadas brasileiras tem se construído em torno do campo popular depende necessariamente de centralismo na ação, para que tenha incidência na realidade.

Se “a força motora da história [...] não é a crítica, mas sim a revolução” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94) será o contexto político a indicar o formato organizativo/pautas que carregam maior potencial revolucionário de arrastar as massas e provocar concretas transformações na vida das trabalhadoras e, por suposto na realidade dos homens desta mesma classe. O feminismo popular, enquanto movimentação real do conjunto de mulheres populares, à medida que alcança caráter massivo e vitórias concretas está, sem sombra de dúvidas, nos aproximando do horizonte estratégico revolucionário de tomada do poder. Enquanto militantes organizadas temos o dever de traduzir a nossa estratégia política em tática para as lutas das mulheres, sejam elas nos movimentos mistos ou auto-organizados. Esta construção de táticas de uma organização feminista e socialista precisa compreender a totalidade de nossa militância a partir de uma atuação centralizada politicamente em todas as frentes de atuação.

Importante que nos perguntemos que frações da população queremos mobilizar nesse momento de recuo/defensiva estratégica? Em nosso entendimento, a mediação tática-estratégica deve ser feita pela vanguarda política da classe trabalhadora, ao formular uma linha política que considere a condição real das mulheres trabalhadoras, o formato organizativo e pautas potencializadoras de setores populares de mulheres que possam desencadear expressões massivas e consistentes de longa duração. Mais do que passageiras primaveras feministas, a conjuntura exige a ação organizada capaz de gerar força social junto às mulheres populares. Como mediação política entre a campanha das Diretas Já! e o cotidiano destas mulheres, no que se refere a possíveis reivindicações e necessidades a curto, médio e longo prazo, o Plano Popular de Emergência lançado pela Frente Brasil Popular se mostra uma importante ferramenta de trabalho de base nos bairros, núcleos/células de nossos movimentos, sindicatos, etc.

Há contextos que exigem massificar as lutas por pautas relacionadas aos direitos civis, a exemplo da origem do movimento feminista socialista alemão que esteve relacionada à contradição entre a necessidade econômica que empurrava as mulheres para o trabalho assalariado, de forma associada às restrições sociais, políticas e legais que limitavam a sua capacidade de fazê-lo. Assim, as pautas que mostraram potencial de mobilização na época foram: o voto para todas as mulheres, acesso à educação, reforma que facilitasse a possibilidade de divórcio, reconhecimento do direito das mulheres a limitar o tamanho das famílias, socialização das tarefas domésticas, por meio de equipamentos públicos, tais como lavanderias, restaurantes populares, creches (GONZÁLEZ, 2010, p. 58).

Exemplo elucidativo da relação entre as lutas ligadas às pautas econômicas submetidas à estratégia insurrecional é o caso da experiência russa, que originou o dia de luta internacionalista 08 de março. No dia anterior ao início do processo revolucionário russo, 190 mil mulheres foram às ruas gritando “Pão! Nossos filhos estão morrendo de fome!”. Esta forte mobilização das mulheres teve efeito catalisador na luta contra o tzarismo, instituindo a curto prazo o conselho de comissários do povo presidido por Lênin. Em 1917, decretou-se o sufrágio universal, em 1920 instituiu-se a legalização do aborto e a ilegalidade da prostituição, aprovou-se o direito a receber salário igual por trabalho igual e a licença-maternidade paga (*ibidem*, p. 129-133).

No cenário brasileiro, a ofensiva conservadora que derrubou a primeira presidenta eleita no país tem impulsionado um chamamento de “retorno ao lar” para as mulheres, seja mediante o desemprego, repressão às movimentações sociais e convencimento ideológico. Mais do que nunca se faz urgente organizar as mulheres da classe trabalhadora e pressionar o ilegítimo governo no sentido de investimentos com equipamentos/serviços públicos que ofereçam às mulheres a possibilidade de continuarem inseridas no mercado de trabalho e atividades políticas.

Acreditamos na possibilidade de uma “ação política desse movimento” diretamente vinculada “às questões concretas vividas pelas mulheres em seu cotidiano e engajados na proposta de transformação global da vida das mulheres” (GODINHO, 2008, p. 18). Um expressivo movimento de mulheres pautado no “feminismo enquanto instrumento teórico e prática política de transformação social” (VIEZZER, 1989, p. 12).

Consideramos estes como sendo alguns dos desafios candentes aos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, no sentido de inventar reaprendendo estratégias em que as mulheres populares se posicionem “abrindo os caminhos que poderão levar a um feminismo de conteúdo, base e direção populares” (*ibidem,* p. 11). Segue sendo uma de nossas “tarefas prioritárias” a consolidação de “um projeto político capaz de permitir a emergência do feminismo como um movimento social de impacto, ao lado de outros movimentos sociais aglutinadores da classe popular” (VIEZZER, p. 125).

queremos condições justas porque já está na hora de se estudar soluções coletivas para o trabalho doméstico: em casa, com a participação total do homem nas tarefas e na rua através da socialização do trabalho doméstico. Ou seja, que os órgãos competentes instalem creches, lavanderias e restaurantes públicos (Folha de S. Paulo, 6/3/1979, *apud* SINGER, 1981, p. 140).

Esta foi a reflexão de uma representante da Associação das Donas de Casa no I Congresso da Mulher Paulista, a que reiteramos junto à pergunta de Viezzer (1989, p. 82), sobre “Como aprender, com as mulheres dos setores populares, sobre as ´novas formas de fazer política com temas velhos´”?

**Considerações Finais**

As mulheres populares construíram as lutas da revolução industrial, francesa e russa, assim como se fizeram presentes nos movimentos abolicionistas (SOUZA-LOBO, 2011). Desde a considerada “primeira onda feminista” as mulheres trabalhadoras organizavam-se em torno da conquista de direito e também por emancipação. González (2010, p. 64) considera que as feministas neste momento estiveram divididas de tal modo que “as burguesas estavam lutando contra os homens de sua classe, ao passo que as socialistas estavam lutando junto aos homens de sua classe contra a burguesia em seu conjunto”.

A encruzilhada do atual momento político exige que reinventemos a construção de trabalho de base, a partir de ações permanentes que possibilitem o enraizamento junto aos locais de moradia/trabalho das mulheres do campo e da cidade, nos aproximando da construção de um projeto político unitário da esquerda brasileira, a que chamamos de Projeto Popular para o Brasil.

Não se trata de defender a “[...] unidade, suprimindo as diferenças como ´irrelevantes´ ou desconhecendo as demandas em sua especificidade que se avança mais rapidamente rumo ao socialismo” (CIRIZA, 2006, p. 64) mas de transformar o esforço construído a partir da Frente Brasil Popular em nascente de consistentes movimentos de massas capazes de proporcionar à classe trabalhadora um outro patamar histórico.

O atual cenário exige atuação com maior centralização do nosso campo político no sentido de intensificarmos a construção de força social a partir dos movimentos de mulheres populares a que atuamos (MMC e MMM), alcançando hegemonia nos rumos do feminismo brasileiro. Afirmamos assim o feminismo popular como sendo a expressão da capacidade de movimentação tática real do conjunto das mulheres da classe trabalhadora em direção a conquistas concretas e possibilidade de massificação que nos aproxime do horizonte estratégico da revolução brasileira.

**Referências Bibliográficas**

ALVAREZ, Sonia*.* Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. Revista Feminismos Vol. 2 N. 1 Jan-Abr 2014. Disponível em:  [www.feminismos.neim.ufba.b](http://www.feminismos.neim.ufba.br/)r

BLAY, Eva. Participação das mulheres na redemocratização. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília, Editora UNB, 1988.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-6l [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CIRIZA, Alejandra. Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global. En publicacion: Filosofia Política Contemporãnea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. Cad. Pesq. São Paulo, (63-69), 1988.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

GODINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: O feminismo é uma prática : reflexões com mulheres jovens do PT / organizadores Fernanda Papa e Flavio Jorge. – São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008.

GONZÁLEZ, Ana Isabel. As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres.1ª Edição Editora Expressão Popular SOF – Sempreviva Organização Feminista. São Paulo-2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos, Cebrap, n.86, mar. 2010.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. BIB, Rio de Janeiro, 23, PP. 18-34, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã***.*** São Paulo: Boitempo, 2007.

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SAFFIOTI, Heleith. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: Movimentos sociais na transição democrática. Org. Emir Sader- São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In*:* Uma Questão de Gênero. COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (organizadoras). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLACSO –Brasil – junho/2009.

SILVA, Carmen. Feminismo popular e lutas antissistêmicas. Recife: Edições SOSCorpo, 2016.

SINGER, Paul. In: SINGER, Paul & BRANT, Vinícius (orgs.). O feminino e o feminismo. In: O Povo em Movimento. São Paulo: Petrópolis Editora Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1981.

SORJ, Bila. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In*:* Uma Questão de Gênero. COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (organizadoras). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth*.* A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Braziliense, 1999.

\_\_\_\_\_; LEITE, Rosalina. Da guerrilha à imprensa feminista- a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013 (Coleção Entregêneros).

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989.

1. “A Questão Feminina em Debate” (entrevista), Cadernos do CEAS, nº 42, março-abril de 1976, Salvador, p. 48. [↑](#footnote-ref-1)
2. Relato da militante Iara Prado. [↑](#footnote-ref-2)
3. Ver HIRATA & KERGOAT**.** Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. [↑](#footnote-ref-3)
4. Deste lugar de esposa-dona-de-casa-mãe, Viezzer (1989) apresenta exemplos de marchas massivas de mulheres populares que tiveram objetivo de enfrentar regimes autoritários, tais como Mães da Praça de Maio (Argentina), que inicialmente se reuniam para fazer trabalhos manuais e se converteram em um dos maiores pontos de resistência da ditadura Pinochet, chegado a reunir mais de meio milhão de pessoas. [↑](#footnote-ref-4)
5. As mulheres “donas-de-casa”, em geral, têm acesso a poucos espaços de socialização e escasso tempo para que possa “incorporar-se à atividade econômica e pública em geral” (RANDALL, 1982, p.63). De modo que “[...] consideramos necessário elevar o debate sobre a família a um nível político, porque ela é uma instituição básica para a manutenção ou a transformação de nossa formação social e das relações de produção” (*ibidem*, p. 253). [↑](#footnote-ref-5)
6. Sobre o tensionamento entre o trabalho doméstico e a situação da mulher no mercado de trabalho na última década brasileira, ver BEZERRA, Ítala. Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho (Dissertação). UFPB, 2014. [↑](#footnote-ref-6)
7. À época essa terminologia explicitava o histórico embate entre as “feministas” que se auto-organizavam e as “políticas” organizadas também em movimentos sociais mistos, sindicatos e/ou partidos políticos. [↑](#footnote-ref-7)
8. São Paulo, Rio de Janeiro e Recife foram as primeiras capitais no Brasil a implementarem estas entidades de denúncia à violência contra às mulheres. [↑](#footnote-ref-8)
9. Nos EUA (1967-1973) o princípio do horizontalismo se mostrou tão incisivo ao ponto de que militantes recém-chegadas às organizações expulsaram fundadoras de alguns grupos o que oportunizou a auto-destruição. Ver ALVAREZ, Ana Miguel. Los feminismos através de la historia. Mujeres en red. El periódico feminista. 2011. [↑](#footnote-ref-9)
10. Ver https://marchamulheres.wordpress.com/2016/11/25/25-de-novembro-nenhum-direito-a-menos-nenhuma-mulher-a-menos/ [↑](#footnote-ref-10)
11. O que não significa afirmar que exista hierarquia entre as dimensões estruturais. [↑](#footnote-ref-11)
12. Ver HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais – Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014. [↑](#footnote-ref-12)
13. Ver ALVAREZ, Sonia*.* Feminismos Latinoamericanos. Revistas Estudos Feministas, v. 6, n. 2, 1998. [↑](#footnote-ref-13)
14. Ver FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003; FARIA, Nalu. Por onde passa a história de luta das mulheres. In: PAPA, Fernanda; JORGE, Flavio (orgs.). O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. [↑](#footnote-ref-14)
15. A V Marcha contou com a presença de 70 mil mulheres, consistindo no evento mais massivo de mulheres na atualidade. [↑](#footnote-ref-15)
16. Ver https://marchamulheres.wordpress.com/2015/11/30/a-colheita-de-sonhos-em-tempos-de-resistencia/ [↑](#footnote-ref-16)
17. Na época houveram congressos de mulheres metalúrgicas, químicas e outras categorias de trabalhadoras com o objetivo de alcançar melhorias nas condições de trabalho. Ver PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. [↑](#footnote-ref-17)
18. Ver HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva, Cidadania e Gênero; DEDECCA, Claúdio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. Ambos os textos encontram-se *In:* COSTA *et all* (orgs). Um debate Crítico a partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, reprodução e gênero.SãoPaulo: CUT, 2004. [↑](#footnote-ref-18)